

ESPECIAL

“É preciso desburocratizar e simplificar o acesso ao fomento”

Nomeado para a Diretoria Colegiada da Ancine, Edilásio Barra defende mecanismos que contemplem todas as regiões do país

Desde o último dia 5, Edilásio Barra integra a Diretoria Colegiada da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Depois de comandar por alguns meses a Superintendência de Desenvolvimento Econômico, responsável pela operação do Fundo Setorial do Audiovisual – FSA, Edilásio enfrenta agora o desafio de contribuir para a construção de uma nova política pública para o cinema e o audiovisual no Brasil, mais ágil e menos burocrática.

Formado em Jornalismo em 1984, Edilásio tem 40 anos de experiência profissional na televisão e na cultura, nas mais diferentes funções. Nesta entrevista, ele fala sobre seus planos na Ancine e defende a descentralização dos mecanismos de fomento geridos pela Agência: “São recursos públicos que devem gerar oportunidades para produtores de todas as regiões do Brasil”, afirma.

- Quais são os seus planos como diretor da Ancine?

EDILÁSIO BARRA: Estou ciente da importância da Ancine e irei me empenhar para corresponder ao desafio de contribuir para o desenvolvimento do setor audiovisual no Brasil. Em conjunto com os outros diretores, pretendo contribuir para a construção de uma nova política pública para o cinema e o audiovisual no Brasil, mas ágil e transparente, mais eficaz, menos burocrática e mais alinhada com os anseios da população. É possível aprimorar a atuação na Ancine em todas as suas áreas de atuação: fomento, regulação e fiscalização.



Edilásio Barra, da diretoria da Ancine

- Parte da imprensa questionou suas qualificações para o cargo, criticando o fato de você ter sido pastor...

EDILÁSIO: Tenho quatro décadas de experiência profissional no audiovisual, nas mais variadas funções, de figurante a apresentador, produtor e diretor de documentários e de programas de sucesso na televisão. Eu me formei em Jornalismo em 1984 e tenho 15 anos de docência no ensino superior, lecionando sobre produção e direção de TV. Já trabalhei nas principais emissoras de TV do Brasil. Nos últimos meses, trabalhei diretamente como gestor de políticas públicas para a cultura, inclusive

como titular da Superintendência de Desenvolvimento Econômico da Ancine. Infelizmente, alguns jornalistas preferem ignorar tudo isso e tentam me atacar destacando a minha crença religiosa. Dizem defender o discurso da tolerância, mas praticam intolerância religiosa, porque a competência de um gestor público não tem nada a ver com a sua fé.

- O Fundo Setorial do Audiovisual – FSA é hoje o principal mecanismo de fomento ao cinema e ao audiovisual no Brasil. De que forma é possível aprimorar esse mecanismo?

EDILÁSIO: Desde que assumi a

Superintendência de Desenvolvimento Econômico da Ancine, venho estudando maneiras de tornar o fomento mais ágil, eficaz e transparente, com mais segurança para os agentes de mercado e com responsabilidade junto aos órgãos de controle. Para isso será preciso buscar caminhos para a desconcentração de recursos. Como paraense que sou, conheço de perto a realidade e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais da cultura fora da Região Sudeste. Considero fundamental atender as necessidades tanto dos empreendedores da cultura quanto da população dessas regiões, carentes de bens e serviços culturais e de acesso a conteúdos

audiovisuais de qualidade. Mas é preciso esclarecer que a definição de critérios para a gestão do fundo é realizada pelo Comitê Gestor do FSA. A Ancine é responsável apenas pela operacionalização das políticas elaboradas pelo Comitê Gestor.

- Você já declarou numa entrevista que “a esquerda tem de entender que a direita assumiu esse país”. Fale sobre isso

EDILÁSIO: O projeto que saiu vitorioso nas urnas é diferente do projeto dos governos anteriores. Fazer igual ao que era feito antes seria trair a confiança dos eleitores e desapontar os valores da maioria da população, que elegeu democraticamente este Governo. Sou liberal na economia e conservador nos costumes com muito orgulho, acredito na família a nos bons costumes. Mas parece que, para uma parte da mídia, defender os valores da família é errado. É preciso entender e aceitar e entender os valores e a vontade da maioria, democracia é assim.

- Quais são as suas expectativas para a gestão de Regina Duarte?

EDILÁSIO: Considero a Regina Duarte uma artista de talento, experiente e muito qualificada para o cargo. Desejo sucesso a ela nesse grande desafio que será conduzir a política cultural do Brasil.

- Fale um pouco sobre seu cotidiano fora do trabalho.

EDILÁSIO: Sou uma pessoa comum. Sou flamenguista, gosto de tomar um vinho, aprecio de samba e pagode, açaí e tacacá. Sou paraense com orgulho e, sendo um nortista, sei como é difícil produzir cultura fora dos grandes centros. É preciso descentralizar, dar oportunidade aos brasileiros de todas as regiões do país, oportunidade tanto para produzir quanto para consumir bens e serviços culturais.

Prazo para regularização do título de eleitor vai até maio

Cidadão precisa estar com documentação em dia para votar nas eleições

Para votar nas eleições municipais de 2020, os eleitores devem estar atentos ao prazo de 6 de maio, que é o último dia para regularizar a situação na Justiça Eleitoral. A partir do dia 7 de maio até o final da eleição, o Cadastro Eleitoral ficará fechado – período em que nenhuma alteração poderá ser efetuada no registro do eleitor –, sendo permitida somente a emissão da segunda via do título. Esse prazo é importante para que a Justiça Eleitoral tenha um retrato fiel do eleitorado que participará do pleito.

Diversos serviços podem ser solicitados diretamente nos cartórios eleitorais, sem a necessidade de intermediação de terceiros. São eles: emissão do título de eleitor,



Para escolher seu candidato a prefeito, é necessário estar com o título em dia

transferência de domicílio eleitoral, revisão dos dados e cadastramento biométrico, entre outros. Todos esses ser-

viços são gratuitos. Dia 6 de maio também é a data-limite para o cidadão procurar o cartório para pedir a mu-

Quem tiver dúvidas sobre a regularidade do documento pode acessar a internet

dança de domicílio eleitoral e regularizar sua situação, estando apto a exercer o direito de voto.

Pela internet – É possível verificar a regularidade do título acessando o Portal do TSE. Basta clicar em Serviços ao Eleitor e, depois, em Situação Eleitoral. As informações necessárias são nome completo e data de nascimento.

Juros menores para compra da casa própria

A partir desta segunda-feira, as empresas poderão contrair crédito imobiliário da Caixa Econômica Federal com juros mais baixos. O banco reduziu as taxas das operações corrigidas pela Taxa Referencial (TR) e anunciou que duas linhas de crédito para o setor da construção civil poderão ser indexadas pela inflação ou pelo certificado de depósito interbancário (CDI).

As taxas dos financiamentos corrigidos pela TR caíram cerca de 30%, passando de TR mais 9,25% ao ano para TR mais 6,5% ao ano para as empresas com conta na Caixa. Para empresas sem relacionamento com o banco, a taxa caiu de TR mais 13,25% ao ano para TR mais 11,75% ao ano.

Os financiamentos corrigidos pelo CDI ou pela inflação oficial pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) valerão para duas modalidades. A primeira é Apoio à Produção, que financia a aquisição e a construção de imóveis na planta. A segunda é Plano Empresa da Construção Civil, conhecida como Plano Empresário, destinada à construção de imóveis e que permite o financiamento para pessoas físicas quando 80% do empreendimento estiver construído.

Para as linhas corrigidas pela inflação, as taxas variarão de IPCA mais 3,79% ao ano para IPCA mais 7,8% ao ano. Os financiamentos indexados ao CDI terão duas modalidades de cobrança: uma com taxas que variam de CDI mais 1,48% ao ano a CDI mais 5,4% ao ano e outra entre 119% a 194% do CDI.

As linhas de crédito imobiliário para pessoas jurídicas têm até 36 meses de prazo de construção e de retorno (quando o dinheiro investido começa a ser recuperado). O tomador pode começar a pagar as parcelas até 12 meses depois da assinatura do contrato.

As empresas podem obter mais informações na página da Caixa na internet. As agências do banco em todo o país também estão disponíveis para tirar dúvidas.

STF mantém suspensão da CNH para motorista condenado

Profissional envolvido em homicídio culposo fica sem o direito de dirigir

O Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou na última semana que o motorista profissional condenado por homicídio culposo pode ter a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa e ser impedido temporariamente de dirigir. Por unanimidade, o plenário entendeu que a medida não ofende o direito constitucional ao trabalho.

A pena de suspensão da carteira de habilitação está prevista no Artigo 302 do Código Brasileiro de Trânsito. Pelo dispositivo, o homicídio culposo cometido na direção de um veículo é punido com pena de detenção de dois a quatro anos, além da suspensão para dirigir.

Apesar de a suspensão estar prevista na norma

desde 1997, a defesa de um motorista de ônibus que atropelou e matou um motociclista em Barbacena (MG), em 2004, alegou que a pena não poderia ser aplicada a ele por inviabilizar o seu sustento como motorista profissional. Ao analisar o caso, a Justiça de Minas autorizou o motorista a dirigir. O Ministério Público resolveu recorrer

ao Supremo.

Por unanimidade, os ministros seguiram voto proferido pelo relator, ministro Luís Roberto Barroso, e entenderam que o direito constitucional ao trabalho não é absoluto e a medida de suspensão da habilitação é uma forma de individualizar a pena para punir adequadamente cada crime cometido.



Agências da Caixa abrirão nesta segunda-feira oferecendo juros mais baixos